



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7433 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, JUVENTUDES E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SALVADOR

Gabriella Santana da Silva Pitta - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Gilvanice Barbosa da Silva Musial - UFBA - Universidade Federal da Bahia

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, JUVENTUDES E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SALVADOR

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Juventudes Negras; Pedagogia.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, ser jovem negro ou negra e estudar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma complexidade de experiências diversas que se desenvolvem em meio a marcas de raça, geração, gênero, classe social, orientação sexual, configuração familiar, entre outros elementos que constroem cada história pessoal em seu contexto social (MORAES, 2017). No nosso país, com um Estado inaugurado em uma estrutura colonial, racista e patriarcal que se reproduz e se atualiza até hoje (GONZALEZ, 1988; GOMES, 2011a), é imprescindível tratar de políticas educacionais levando em conta as questões étnico-raciais e de gênero. No caso da Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade com público predominantemente negro e com uma história construída também pelo Movimento Negro – não apenas pelo Movimento de Educação Popular – torna-se ainda mais urgente afirmar a posição central da raça neste debate.

Desde a década de 90, a presença de jovens na EJA tem sido uma realidade cada vez mais frequente, configurando o processo de juvenilização da modalidade (DI PIERRO, 2005). Entretanto, há uma escassez de estudos que investiguem tal fenômeno atrelado às desigualdades raciais, da mesma forma que há escassez de políticas focadas na especificidade do público negro da EJA, visto que as políticas educacionais em questão mostram-se universalistas (PASSOS, 2010; GOMES, 2011a; ARROYO, 2011)

Nesse sentido, o presente texto visa compartilhar resultados e reflexões apresentados em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Pedagogia, que teve como objetivo: investigar as relações entre as políticas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos e as trajetórias de jovens negros e negras de uma turma noturna da modalidade de uma escola municipal de Salvador (Bahia).

O trabalho se baseou em experiências desenvolvidas quando estudante do curso de

Pedagogia, bolsista do Programa de Educação Tutorial de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Bahia (PET Pedagogia). Durante os anos letivos de 2018 e 2019, realizamos a atividade central do grupo PET Pedagogia – observação participante em um ambiente de aprendizagem – em uma turma noturna do Ensino Fundamental Anos Finais da EJA em uma escola municipal de Salvador, que atendia a bairros periféricos. Como bolsista do PET acompanhamos uma turma que em 2018 era do Tempo de Aprendizagem 4 (TAP 4) e em 2019 tornou-se TAP 5.

Tal pesquisa qualitativa, nos termos de Ludke e André (2017) e Minayo (1994), foi de inspiração etnográfica, de acordo com Macedo (2010), tendo o ambiente natural como uma das principais fontes de dados e a pesquisadora como instrumento determinante. Utilizamos o diário de bordo como ferramenta de registro, interpretação e reflexão do cotidiano, segundo Barbosa e Hess (2010) e Macedo (2010). Houve aplicação de questionários na turma e foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com dois estudantes jovens da mesma turma, de modo a explicitar perfis singulares comumente vistos de forma homogênea, com o cuidado de não tornar tais sujeitos meras ilustrações ou mistificações de verdades (GALVÃO, 2006). Ademais, houve uma revisão de literatura acerca da EJA, das questões étnico-raciais e de juventudes, de forma interseccional, bem como estudo de documentos das principais políticas educacionais de EJA que atingiam o município de Salvador.

A partir do estudo foi possível observar o entrelaçamento das trajetórias de vida com obstáculos relacionados ao racismo, às opressões de classe e às questões de gênero com as trajetórias escolares truncadas, nos termos de Arroyo (2011). E este contexto é vinculado à história da educação da população negra brasileira, cujas desigualdades marcam também a história da Educação de Jovens e Adultos.

A seguir, encontram-se elementos históricos que justificam a posição central das questões raciais no debate sobre EJA. Depois, avança-se para o contexto das políticas educacionais de EJA em Salvador e especificamente na turma investigada, seguido de resultados das entrevistas realizadas. Por fim, nas considerações finais, retomam-se os pontos mais relevantes da pesquisa, que podem ser conectados a pesquisas futuras.

2 QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS: EIXO CENTRAL PARA DISCUTIR EJA

A revisão bibliográfica realizada levou ao conhecimento tanto de políticas que obstruíram o acesso de pessoas negras à educação, quanto de iniciativas do Movimento Negro para garantir a educação e a cidadania da população negra. Este resgate da História ajuda a compreender a conjuntura de desigualdades, contradições e lutas que se estende até os dias de hoje.

Vê-se que o Estado brasileiro historicamente é responsável pela desumanização das pessoas negras, através da apropriação de teorias eugenistas, adoção de medidas de embranquecimento, como o incentivo à imigração de europeus, imposição de dispositivos jurídicos como obstáculos para a liberdade, a dignidade, o sustento, obtenção de terras e para a escolarização e, sobretudo, através do uso sistemático da violência contra corpos negros (GOMES, 2011a).

Um exemplo na questão educacional é a Lei número 1 de janeiro de 1837, na província do Rio de Janeiro, que proibia o ingresso de pessoas com doenças, pessoas escravizadas, pessoas pretas e africanos libertos às escolas (PASSOS, 2012). Mesmo quando o acesso à escolarização foi permitido, incentivou-se uma formação precária voltada exclusivamente para trabalhos manuais, como os serviços nas lavouras e depois nos mais baixos postos das indústrias.

Segundo Passos (2012), enquanto Política Educacional, a educação para jovens e adultos negros foi arquitetada por elites agrárias, que se reuniram para discutir a questão antes mesmo da abolição jurídica da escravatura. No Congresso Agrícola do Rio de Janeiro de 1878, “os congressistas definiram medidas educacionais de favorecimento à transição da mão de obra escravizada para o trabalho livre, atribuindo à educação a responsabilidade da preparação para o trabalho” (PASSOS, 2012, p. 144).

Na contramão da desumanização, houve resistência por meio de lutas armadas, fugas, quilombos, bem como por meio de iniciativas educacionais, a saber, os cursos de alfabetização e formação política da Frente Negra Brasileira na década de 1930 e os cursos “sobre história, geografia, matemática, literatura, noções de teatro etc. para trabalhadores, operários, desempregados, empregadas domésticas, entre outros” oferecidos pelo Teatro Experimental do Negro na década de 1940 (PASSOS, 2012, p. 154).

3 CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SALVADOR

Na década de 1990, com avanço do neoliberalismo na perspectiva de globalização e com o desenvolvimento de novas tecnologias, ocorreu a descentralização da Educação de Jovens e Adultos, que passou a ser responsabilidade de estados e municípios (HADDAD e XIMENES, 2018). Observando-se a origem da EJA e o atual estado de abandono da modalidade pelo poder público, percebe-se que há um descaso com os sujeitos que compõem a população atendida, majoritariamente negra, que sofre com a ausência de políticas educacionais (GOMES, 2011b; PASSOS, 2010). No caso de Salvador, um desdobramento deste descaso é a descontinuidade das políticas educacionais da Educação de Jovens e Adultos.

Entre os documentos para EJA do município, há uma orientação na Resolução CME nº 041/2013 para que as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000) sejam tomadas como base para a construção dos projetos político-pedagógicos de cada escola municipal que oferece a modalidade. Todavia, não se leva em conta o esforço de produção e sistematização coletivas mais próximas da realidade de Salvador apresentadas no Projeto Político-Pedagógico da EJA Salvador, um documento construído de 2010 a 2012 em um período de outra gestão municipal.

Na escola municipal desta pesquisa, ocorria um processo de esvaziamento da EJA, ao passo que estava recebendo pessoas cada vez mais jovens para estudar à noite. Na turma do Tempo de Aprendizagem 5 (aceleração dos sétimo e oitavo anos do Ensino Fundamental) as faltas das e dos estudantes eram recorrentes. Este cenário pode ser observado no registro do diário de bordo da bolsista do PET Pedagogia, em um dia que precisou realizar uma atividade de Inglês, para que a turma não ficasse sem aula:

Cometi um erro com *A*, o estudante que teve o conflito com a professora de Inglês há semanas atrás. Como ele tinha faltado muito, eu não o reconheci. Pensei que ele era da outra turma. Quando os colegas confirmaram que ele era do TAP 5, pedi desculpas. Ele disse que não sabia nada de Inglês e não via o porquê daquelas aulas. Afirmou rindo: “Eu não tô aprendendo as outras matérias, quanto mais Inglês!”(...) No final da aula, *I* e *Z* (estudantes com mais de quarenta anos) me falaram que “aqueles jovens não querem nada” e que não era para eu dar atenção. Segundo elas, se eles não querem aprender, não deveriam ir à escola atrapalhar quem quer estudar. Respondi que era minha obrigação envolver todos na atividade. (Diário de bordo, 03 de junho de 2019)

O crescente rejuvenescimento, ou juvenilização, da Educação de Jovens e Adultos tem sido tema de autores como Di Pierro (2005), Passos (2010), Silva (2010), Arroyo (2011) e Teixeira (2018), que de modo geral apontam conflitos por conta das diferenças entre gerações em uma mesma sala de aula. A questão intergeracional requer atenção para o planejamento

de um currículo próprio para os diferentes modos de aprendizagem e socialização.

Entretanto, apesar da larga faixa etária (de 16 a 58 anos), foi possível identificar através de questionário, muitas semelhanças entre os sujeitos do TAP 5: maioria negra, trabalhadora, com renda inferior a dois salários mínimos e com pelo menos uma reprovação no ensino regular.

4 O QUE SIGNIFICA SER JOVEM NEGRO(A) DA EJA?

Como consta no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), convencionou-se que pessoas jovens são aquelas pertencentes à faixa etária de 15 a 29 anos. Contudo, a juventude é uma condição que não se restringe rigidamente ao tempo, não sendo possível determinar “‘um começo e um fim’, dada a diversidade de modos como essa fase da vida é experimentada” (DAYRELL; PAULA, 2011, p.34).

É necessário também destacar que a escola apresenta limites para atender à tamanha diversidade das juventudes, sendo necessárias redes sociais de apoio que envolvam esporte, cultura, lazer, saúde, assistência social, entre outros (DAYRELL, 2011). Para que as escolas agissem de acordo com as especificidades das e dos jovens que estão compondo o público da EJA, seria preciso:

Superar a dificuldade de reconhecer que, além de alunos ou jovens evadidos ou excluídos da escola, antes do que portadores de trajetórias escolares truncadas, eles e elas carregam trajetórias perversas de exclusão social, vivenciam trajetórias de negação de direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência. **Negação até do direito de ser jovem.** As trajetórias escolares truncadas se tornam mais perversas porque se misturam com essas trajetórias humanas. Se reforçam mutuamente. A EJA como política pública adquire uma nova configuração quando equacionada na abrangência das políticas públicas que vêm sendo exigidas por essa juventude. (ARROYO, 2011, p. 24, grifo nosso)

A “negação do direito de ser jovem” referida por Arroyo (2011) foi evidenciada durante as entrevistas. Vitória, o nome fictício escolhido pela entrevista autodeclarada parda de 20 anos, ao ser perguntada sobre o que significava ser jovem, respondeu: “É uma pergunta que eu não vou saber te responder. Sei o que significa não!”. Na mesma linha, Abraão, nome fictício escolhido pelo adolescente de 16 anos autodeclarado preto, afirmou não ser adolescente, mas sim um jovem, pois, segundo ele: “adolescente tem a cabeça menos pensada... E, pra mim, o jovem, pelo que eu sei, tem um pouco de amadurecimento (...). Tem amadurecimento. Sabe, sei lá, sabe chegar em algum lugar, essas coisas.”

Vitória e Abraão demonstraram que, embora pertencessem a uma faixa etária lida socialmente como juvenil, não faziam parte da mesma juventude ou adolescência vivenciadas por quem tem menos responsabilidades e deveres a cumprir, visto que:

Para jovens negros e pobres, por exemplo, as responsabilidades, de modo geral, são antecipadas, inserindo-os, precocemente, na vida adulta. Por outro lado, os jovens brancos, pertencentes a setores da classe média, vivenciam um tempo mais longo com relativa despreocupação e isenção de responsabilidades, com possibilidades de atraso nos encargos da vida adulta. Mas, ambos os grupos se encontram na mesma condição juvenil. (PASSOS, 2010, p. 137)

Pelo que foi dito pelos jovens entrevistados, nenhum dos dois desfrutava de um tempo de entretenimento de qualidade, sendo que Vitória afirmou não ter nenhum lazer e Abraão apenas jogava futebol com vizinhos. Esta é uma característica do “perfil do jovem presente na EJA, isto é, na desigualdade da qualidade do tempo livre juvenil e no precário acesso aos bens, serviços e espaços públicos de cultura e lazer da maioria da população juvenil” (SILVA, 2010, p. 74-75). Por conta disso, a escola acaba sendo o principal ambiente de socialização de muitos jovens que frequentam a EJA (DAYRELL, 2011).

Outro ponto que marcou as entrevistas foi a maternidade de Vitória, mãe de uma menina e um menino. A estudante contou um pouco de sua história, incluindo episódios de violências que sofreu durante a infância e a adolescência. Ao decorrer do diálogo, frequentemente mencionou seus filhos ao atribuir sentido ao seu processo de escolarização. A maternidade e a necessidade de trabalhar para sustentar suas crianças levaram Vitória a sair da turma diurna do ensino regular. Por outro lado, é na maternidade que a jovem encontra força para seguir seus estudos, para “ter um futuro melhor agora”, pois, como dito por ela:

Tudo na minha vida é meus filhos (*risos*). Porque eu parei assim ‘Poxa, amanhã ou depois quando eu quiser dizer assim ‘Ah, menino, vá estudar!’, ele vai logo dizer ‘Ah, minha mãe, você não estudou, tá querendo que eu estude!’. Também dar um futuro melhor pra eles, que quero dar pra eles o que eu não tive. Quero que quando eles tiver, faça uma faculdade, que eu ainda pretendo fazer a minha... (Trecho de entrevista com Vitória, 2019)

Observa-se, então, o marcador de gênero na trajetória da estudante, sobrecarregada, enquanto os pais de cada criança não assumiram a responsabilidade de dividir as atividades do cuidar dos filhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A não garantia do direito à educação de qualidade e de direitos humanos emergiu nos dados coletados nos questionários e nas entrevistas, à medida que observamos trajetórias de estudantes marcadas por opressões de classe, raça e gênero. A contínua precarização da Educação de Jovens e Adultos pode ser conectada ao passado de obstáculos jurídicos e ideológicos impostos à população negra brasileira. Um passado que se atualiza também na universalização das políticas educacionais de EJA, que impede a ação localizada e eficaz a partir da realidade dos sujeitos.

Por fim, o estudo possibilitou perceber que, mesmo com diversas dificuldades apresentadas, há na fala dos jovens entrevistados na escola municipal de Salvador: o não-imobilismo e a busca por dignidade, lugar na sociedade, ascensão social e realização pessoal por meio da Educação de Jovens e Adultos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BARBOSA, Joaquim Gonçalves; HESS, Remi. **O diário de pesquisa: o estudante universitário e seu processo formativo**. Brasília: LiberLivro, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer 11/2000. Brasília, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB Nº: 6/2010**. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5366-pceb006-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192 Acesso em 10 jul. 2019

BRASIL, Presidência da República. **Estatuto da Juventude**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm Acesso em 28 jun. 2019

DAYRELL, Juarez. A juventude e a Educação de Jovens e Adultos. In: GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino; SOARES, Leôncio (org) **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011

DAYRELL, Juarez; PAULA, Simone. Situação Juvenil e formação de professores: diálogo possível? **Revista Formação Docente**. Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 33-53, jan./jul. 2011. 33 Disponível em: <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br> Acesso em 28 jun.2019

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**. v.26, n.92, Campinas, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. “História” oral e processos de inserção na cultura escrita. **Revista Educação em Questão**. v. 25, n. 11, p. 206-223. Natal, 2006

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011a.

GOMES, Nilma Lino. Educação de Jovens e Adultos e questão racial: algumas reflexões iniciais. In: GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino; SOARES, Leôncio (org) **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011b.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-Americano**. 1988. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20femin latino-americano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20femin%20latino-americano.pdf) Acesso em 23 jul. 2018

HADDAD, Sérgio; XIMENES, Salomão. A Educação de Pessoas Jovens e Adultas na LDB: um olhar passados 20 anos. In: BRZENINSKI, I. (org). **LDB Vinte Anos Depois: Projetos Educacionais em disputa**. São Paulo: Cortez, 2018.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2017.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa Crítica Etnopesquisa-Formação**. Brasília: LiberLivro Editora, 2010.

MINAYO, M. C. de S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, Cândida Andrade de. **Educação Social e Política de Juventude no Brasil e em Portugal: experiências de jovens afrodescendentes**. 211 f. 2017. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017

PASSOS, Joana Célia dos. **Juventude Negra na EJA: os desafios de uma política pública**. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2010.

PASSOS, Joana Célia. As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de Jovens e Adultos. **EJA EM DEBATE**, Florianópolis, vol. 1, n. 1. nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/998/pdf>. Acesso em 10 nov. 2019

SALVADOR. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto político-pedagógico da Educação**

de Jovens e Adultos. Salvador, 2012

SALVADOR. Secretaria Municipal de Educação. **RESOLUÇÃO CME Nº 041/2013**, que dispõe sobre a Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino de Salvador. Salvador, 2013

SILVA, Natalino Neves da. **Juventude Negra na EJA: o direito à diferença.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

TEIXEIRA, Eliana de Oliveira. A “fabricação” do jovem da EJA: reflexões sobre juvenilização e diversidade étnico-racial. **Educação em Debate.** n. 75 Fortaleza, 2018.